3º ENDC – Encontro Nacional pelo Direito à Comunicação

Painel: Desnacionalização da economia na área de telecomunicações

Marcio Patusco Lana Lobo
Clube de Engenharia
Maio de 2017

Conteúdo

- Introdução
- Dados econômicos
- Reflexos na capacidade da indústria
- Reflexos na prestação dos serviços
- Reflexos na soberania nacional
- Propostas
- Conclusão

Introdução

"A desnacionalização da economia ocorre quando se verifica uma participação percentual crescente de empresas estrangeiras na produção de determinado bem ou serviço específico, ou do setor industrial e de serviços como um todo ou na produção de outros setores".

"A desnacionalização tem consequências importantes para o desenvolvimento tecnológico, para o grau de concorrência no mercado brasileiro e para o balanço de pagamentos do país."

Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães
Ex Ministro de Estado da
Secretaria de Assuntos Estratégicos

Fonte: Carta Maior 19/07/2012

Contexto Histórico

- Modelo Estatal pós 1964
  - Criação da Embratel e da Telebrás – 60's e 70's
  - Criação da Sest – 1979 : Limitação de investimentos

- Abertura comercial – 1990 – Governo Collor
  - redução de alíquotas de importação
  - eliminação de barreiras não-tarifárias
  - facilitação à entrada de capitais externos

- Mudanças regulatórias e constitucionais – 1995 – FHC
  - eliminação da separação entre empresas nacionais e estrangeiras
  - mudanças regulatórias – Agências
  - privatizações
  - no Brasil: telecomunicações, distribuição de gás, mineração e geração de eletricidade

→ Resultado: onda de desnacionalização na área de telecomunicações

Fato: Empresas desnacionalizadas

Início da divulgação

- 2004: **69** empresas;
- 2005: **89** empresas;
- 2006: **115** empresas;
- 2007: **143** empresas;
- 2008: **110** empresas;
- 2009: **91** empresas;
- 2010: **175** empresas;
- 2011: **208** empresas;
- 2012: **296** empresas;
- 2013: **289** empresas;
- 2014: **292** empresas;
- 2015: **296** empresas;

Fonte: Consultoria KPMG

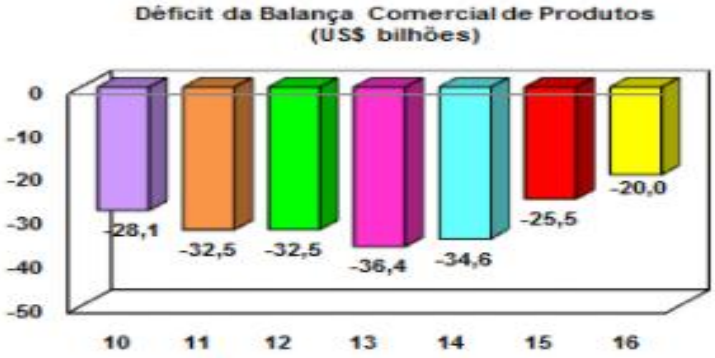
Fusões e aquisições

Ano	Domésticas (A)	Transfronteiriças (B)	Total (C)
1992	37	21	58
1993	82	68	150
1994	81	91	172
1995	82	130	212
1996	161	167	328
1997	168	204	372
1998	130	221	351
1999	101	208	309
2000	123	230	353
2001	146	194	340
2002	143	84	227
2003	116	114	230
2004	100	199	299
2005	150	213	363
2006	183	290	473
Total	1.803	2.434	4.237

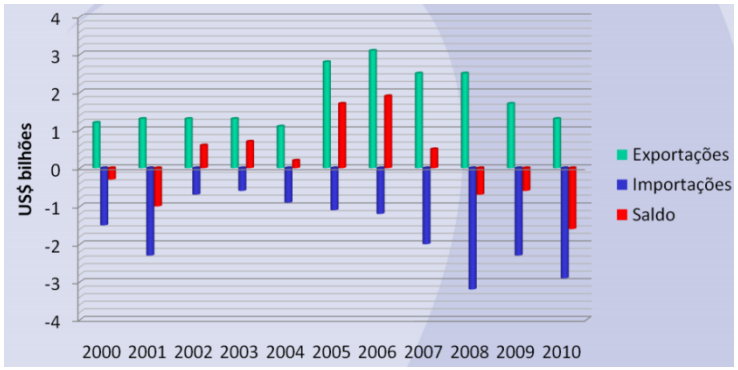
Fonte: Elaborada a partir de KPMG (2007, p. 10) e Siffert Filho

Balança Comercial de Eletroeletrônicos

A diminuição do déficit vem sendo resultado das diminuições das importações



Telecomunicações:



Fonte: Abinee

Reflexos na indústria

- Participação da indústria nacional de telecomunicações no mercado interno

1988	1998	Atual
77%	41,5%	< 3%

Fonte: IPEA

- Participação da área de TICs no PIB brasileiro

Brasil	Países desenvolvidos
5~6%	12%

Fonte: Consultoria McKinsey

Evidencia necessidade de política industrial de longo prazo

Fundos setoriais de Telecomunicações

R$ Milhões	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015*
Funttel	337	392	421	494	542	545	591	633
Fust	1.444	1.436	987	2.718	1.925	1.713	1.757	1.785
Fistel	6.417	4.910	3.431	7.268	4.919	4.914	8.772	5.359

Fonte: Teleco

Os valores apurados pelos fundos setoriais desde suas criações, com arrecadações que superam os 90 bilhões de Reais, são em quase sua totalidade contingenciados para realização de superavits primários

* Resultado parcial

Mercados mundiais de telecomunicações

Receita das operadoras no Brasil atingiu 232 Bilhões de Reais em 2015

Fonte: UIT

Índice (IDI)de implementação de TICs 2016 - UIT – União Internacional de Telecomunicações

Table 1.2: IDI rankings and values, 2016 and 2015

Economy	Rank 2016	IDI 2016	Rank 2015	IDI 2015
Korea (Rep.)	1	8.84	1	8.78
Iceland	2	8.83	3	8.66
Denmark	3	8.74	2	8.77
Switzerland	4	8.68	5	8.50
United Kingdom	5	8.57	4	8.54
Hong Kong, China	6	8.46	7	8.40
Sweden	7	8.45	6	8.47
Netherlands	8	8.43	8	8.36
Norway	9	8.42	9	8.35
Japan	10	8.37	11	8.28
Luxembourg	11	8.36	10	8.34
Germany	12	8.31	13	8.13
New Zealand	13	8.29	16	8.05
Australia	14	8.19	12	8.18
United States	15	8.17	15	8.06
France	16	8.11	17	7.95
Finland	17	8.08	14	8.11
Argentina	55	6.52	56	6.21
Chile	56	6.35	57	6.11
Costa Rica	57	6.30	59	6.03
Azerbaijan	58	6.28	55	6.23
Oman	59	6.27	58	6.04
Romania	60	6.26	60	5.92
Malaysia	61	6.22	66	5.64
Montenegro	62	6.05	64	5.76
Brazil	63	5.99	65	5.72
Bahamas	64	5.98	63	5.80
TFYR Macedonia	65	5.97	62	5.82
Lebanon	66	5.93	61	5.91
Trinidad & Tobago	67	5.76	68	5.48
Moldova	68	5.75	67	5.60
Dominica	69	5.71	77	5.14

Brasil em posição bastante desconfortável

IDI: telefonia fixa + telefonia celular + banda larga

Velocidade média da internet no Brasil – Akamai 4Q 2016

Global Rank	Country/Region	Q4 2016 Avg. Mbps	QoQ Change	YoY Change
14	United States	17.2	5.5%	21%
24	Canada	14.9	7.9%	13%
60	Chile	8.6	17%	39%
62	Uruguay	8.3	19%	35%
74	Mexico	7.2	-0.2%	22%
85	Brazil	6.4	16%	55%
87	Ecuador	6.3	23%	45%
91	Argentina	6.1	23%	31%
96	Panama	5.7	10%	47%
98	Peru	5.6	4.4%	24%
101	Colombia	5.4	13%	21%
116	Costa Rica	3.9	-1.2%	15%
135	Bolivia	2.6	9.5%	32%
145	Venezuela	1.9	6.6%	18%
147	Paraguay	1.4	-16%	-10%

Figure 16: Average Connection Speed (IPv4) by Americas Country

Brasil abaixo da média mundial de 7 Mbps

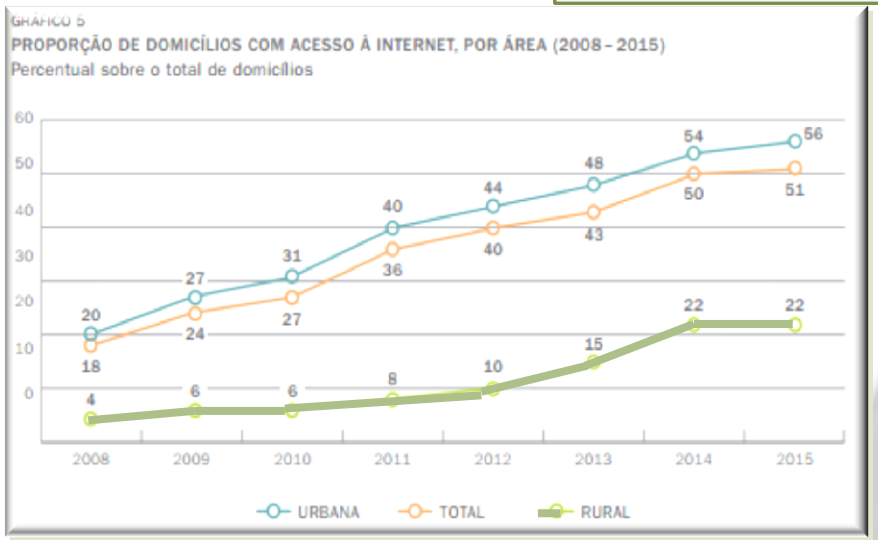
Índice de habilidade para estar em rede 2016 – World Economic Forum

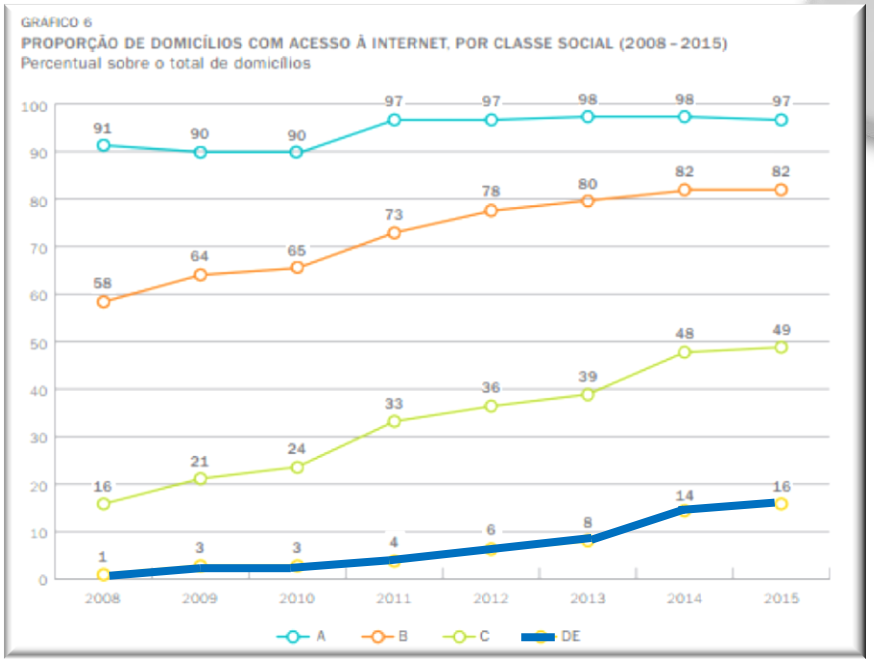
Brasil melhora 12 posições mas ainda em posição desfavorável

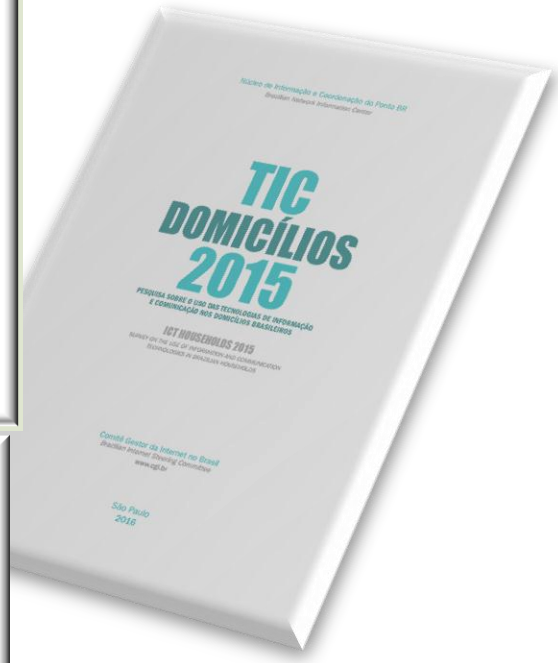
Table 1: The Networked Readiness Index 2016

Rank	Country/Economy	Value	2015 rank (out of 143)	Income level*	Group†
1	Singapore	6.0	1	HI	ADV
2	Finland	6.0	2	HI-OECD	ADV
3	Sweden	5.8	3	HI-OECD	ADV
4	Norway	5.8	5	HI-OECD	ADV
5	United States	5.8	7	HI-OECD	ADV
6	Netherlands	5.8	4	HI-OECD	ADV
7	Switzerland	5.8	6	HI-OECD	ADV
8	United Kingdom	5.7	8	HI-OECD	ADV
9	Luxembourg	5.7	9	HI-OECD	ADV
10	Japan	5.6	10	HI-OECD	ADV
11	Denmark	5.6	15	HI-OECD	ADV
12	Hong Kong SAR	5.6	14	HI	ADV
13	Korea, Rep.	5.6	12	HI-OECD	ADV
14	Canada	5.6	11	HI-OECD	ADV
15	Germany	5.6	13	HI-OECD	ADV
71	Moldova	4.0	68	LM	EURAS
72	Brazil	4.0	84	UM	LATAM
73	Indonesia	4.0	79	LM	EDA
74	Seychelles	4.0	74	HI	SSA
75	Serbia	4.0	77	UM	EDE
76	Mexico	4.0	69	UM	LATAM
77	Philippines	4.0	76	LM	EDA

Reflexos nos serviços



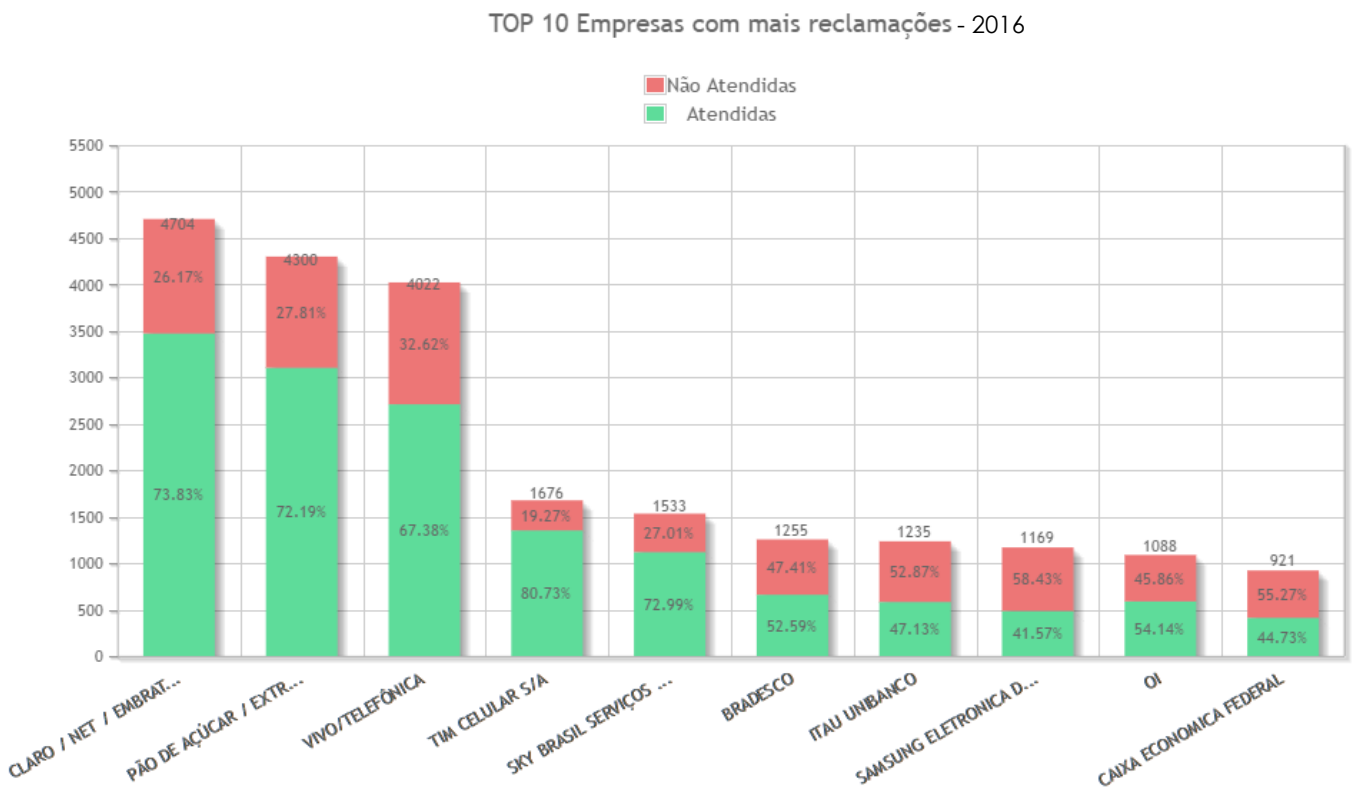




Características regionais e sociais impactam o atendimento

Fonte: CGI.br/Cetic.br

Reclamações em órgãos de defesa do consumidor



Fonte: Procon SP

Reflexos na soberania nacional

O Clube de Engenharia manifesta sua apreensão em decorrência de sistemáticas propostas e ações do Governo Federal, a seguir listadas, posto que são comprometedoras da soberania nacional:

- as modificações realizadas na Lei e nos procedimentos que regulam a exploração das reservas de petróleo do Pré-Sal, e em especial, no protagonismo da Petrobrás, agora não mais participante obrigatória de todas as atividades, como operadora única, o que traz imensos prejuízos à cadeia produtiva de óleo e gás e à engenharia nacional;
- a descaracterização da Petrobras como petroleira integrada, através da venda de ativos importantes e do abandono de investimentos em exploração, em refino de petróleo e em petroquímica, de modo a torná-la mera cedente produtora de petróleo bruto, o que já tem reflexo devastador na nossa engenharia;
- a realização, a toque de caixa, de novos leilões de blocos do Pré-Sal, projetando ritmo elevado e desnecessário de exploração das suas reservas, tornando o Brasil mais um exportador de petróleo bruto, sem agregar valor ao recurso natural explorado e também, além de abandonar a política de incorporação crescente de "conteúdo local", vigente desde a criação da Petrobrás;
- o retrocesso na atuação do BNDES, seja no volume dos recursos a ele alocado, seja nas políticas operacionais, especialmente na definição da taxa de juros aplicada aos contratos de financiamento, bem como na orientação atribuída ao Banco de se conduzir prioritariamente como auxiliar dos bancos privados – e do próprio mercado financeiro – em detrimento de seu histórico papel de propulsor do nosso desenvolvimento, com consequente repercussão na engenharia nacional;

Reflexos na soberania nacional

- transferência, à iniciativa privada do monitoramento de atividades na Amazônia que, a mais de três décadas vem sendo executado pelo INPE – Instituto Nacional de Pesquisa Espacial;
- a extinção da RENCA (Reserva Nacional do Cobre), área estratégica preservada nos Estados do Pará e do Amapá, para entregá-la a grupos estrangeiros;
- transferência, à iniciativa privada, dos canais digitais do primeiro satélite geoestacionário do Brasil, recém lançado ao espaço;
- a mudança radical na orientação da política externa, de modo a subordinar a atuação geopolítica do Brasil aos interesses dos Estados Unidos da América - em contraposição ao seu alinhamento crescente com outros polos de poder mundial (BRICS), e com os países dos continentes sul americano (UNASUL) e africano, especialmente com Angola, África do Sul e Moçambique, o que tornará mais difícil a inserção da engenharia nacional nos mercados externos;
- o abandono da política de integração com as Forças Armadas dos países sul-americanos, institucionalizada pelo Conselho de Defesa da América do Sul e pela UNASUL, reintroduzindo a presença militar dos EUA em assuntos que dizem respeito apenas aos povos sul-americanos, consubstanciada no inédito convite feito ao Exército dos EUA para participar, em nossa Amazônia, de exercício militar com o Exército Brasileiro e os do Peru e da Colômbia.

O Brasil pertence a nós brasileiros. Nenhum governo tem mandato para alienar a nossa soberania, pelo que conclamamos as entidades da sociedade civil a se unirem a nós para solicitar ao Congresso Nacional que impeça a consumação de atos tão lesivos ao patrimônio nacional, amealhado com o sacrifício de muitas gerações de brasileiros.

Rio de Janeiro, 15 de maio de 2017 – Pedro Celestino – Presidente

Propostas

- Estabelecimento de política industrial e de incentivo à indústria nacional envolvendo Ministérios, Legislativo, Anatel, Academia, Entidades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e sociedade civil que a torne mais participativa e competitiva no desenvolvimento nacional do setor
- Aplicação efetiva dos fundos setoriais (Fust, Funttel e Fistel) nas finalidades para as quais foram criados, sem contingenciamentos
- Manter serviços essenciais à sociedade mediante concessão de forma dar ao poder concedente possibilidade de exigências de conteúdo nacional na forma do art. 78 da Lei Geral de Telecomunicações – LGT
- Fomentar com recursos do Funttel entidades de P&D nos moldes do CPqD para dar suporte ao surgimento de novas indústrias, conforme estabelecido no Art. 190 da LGT
- Estabelecer um plano de implementação de políticas públicas na prestação dos serviços que implique na universalização do acesso, modicidade tarifária e que garanta a continuidade dos serviços, como descrito no regime público da LGT
- Definição de metas que visem a diminuição das disparidades regionais e sociais de atendimento
- Incentivar mecanismos de aquisição de equipamentos e sistemas no mercado nacional pela Telebrás nos moldes estabelecidos pelo Plano Nacional de Banda Larga

Propostas (cont.)

- Estímulo à participação dos pequenos provedores na prestação de serviços diversificando as possibilidades de atendimento
- Determinar um melhor controle dos parâmetros de qualidade dos serviços
- Manter a guarda e segurança pelo Estado da prestação de serviços na Amazônia, inclusive pelo satélite da Telebrás, de maneira a manter a soberania nacional na região
- Manter sob estrito controle da União a infraestrutura de telecomunicações nacional representada por bens reversíveis, espectro de frequências e posições orbitais de satélites, em contraposição às propostas no bojo do PLC 079/2016 em tramitação no Congresso Nacional
- Estabelecer via Legislativo, para empresas que prestem serviços essenciais à população, uma forma de controle de envio de lucros às matrizes, quando o serviço estiver abaixo dos níveis de qualidade exigidos, mensurados por órgãos de defesa do consumidor

Conclusão

- Há algum tempo as telecomunicações nacionais vivenciam uma grande desnacionalização com consequências na indústria, nos serviços e na soberania nacional
- Como resultado, a indústria nacional teve sua capacidade drasticamente reduzida
- Neste cenário, os serviços de telecomunicações apresentam resultados não satisfatórios
- Existe necessidade de propostas de mudanças no quadro regulatório de forma a permitir melhores condições de atendimento à população
- A nova regulamentação que vem sendo proposta sem discussão pelo Legislativo (PLC 79/2016) e a privatização do satélite da Telebrás só irão agravar o quadro atual

Obrigado !

CLUBE DE ENGENHARIA
BRASIL

Entidade da sociedade civil sem fins lucrativos fundada em 1880 e desde 1927 considerada de utilidade pública